

## ***A construção de imagens de D. Carlos Luiz d'Amour durante as visitas pastorais pela Diocese de Cuiabá em 1885 e 1886***

Jérri Roberto Marin<sup>1</sup>

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v8i23.29102

**Resumo:** O artigo analisa as imagens construídas acerca do bispo D. Carlos Luiz D'Amour e da sua gestão durante as duas visitas pastorais que realizou em 1885 e 1886 ao norte e ao sul da diocese de Cuiabá. As fontes são os relatórios das viagens que foram publicados em 1886 e 1890. A criação da imagem pública oficial era organizada a partir da iniciativa de D. Carlos e do clero. As obras eram apologeticas, edificantes, com ênfase nos predicados e nas virtudes excepcionais que tinham como moldes as vidas dos santos, criando-se um eficiente instrumento de propaganda. D.Carlos nunca se descuidava da sua imagem, que atendia às exigências de ostentação do poder episcopal. Ainda, preocupava-se em fortalecer sua imagem pública apenas com olhares positivos, como convém às versões oficiosas de vida modelar e de um mandado divino. Os rituais, a pompa, as cerimônias e as insígnias, como aparatos teatrais, foram utilizados para representar e encenar o poder que efetivamente exercia, transformando o bispo em ícone maior e símbolo dileto da Igreja Católica e do Estado. As construções de imagens procuravam também rebater as críticas a D. Carlos, as quais ressaltavam aspectos seus negativos.

**Palavras-chave:** Imagens; D. Carlos Luiz D'Amour; Visitas Pastorais; Poder.

### **The construction of images of bishop d. Carlos Luiz d'Amour during his visits by the Cuiabá Diocese in 1885 and 1886**

**Abstract:** This article analyzes the images constructed about bishop Carlos Luiz D'Amour and his management during the two pastoral visits made in 1885 and 1886 to the north and south of the Diocese of Cuiabá. The sources are the travel reports that were published in 1886 and 1890. The creation of official public image was organized on the initiative of bishop Carlos and clergy. The travel reports were apologetic, edifying, emphasizing the predicates and the exceptional virtues based on the lives of the saints, creating an effective marketing tool. The bishop Carlos Luiz was never careless about his image, which met their requirements of ostentation of episcopal power. Besides, He was

<sup>1</sup> Professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Professor da Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: jerrimarini@bol.com.br

concerned about strengthening his public image only with positive looks, as befits the unofficial versions of life model and a divine mandate. The rituals, the pomp, the ceremonies and insignia, such as theatrical devices, were used to represent and act out the power effectively exercised, transforming the bishop in the most beloved icon and symbol of the Catholic Church and the State. The construction of images also sought to rebut criticism of Carlos Luiz, which highlighted his negative aspects.

**Keywords:** Images; D. Carlos Luiz D'Amour; Pastoral Visits; Power.

### **La construcción de imágenes d. Carlos Luiz d'Amour durante las visitas pastorales por la Diócesis de Cuiabá en 1885 y 1886**

**Resumen:** El artículo analiza las imágenes construidas sobre el obispo Luiz Carlos D'Amour y su gestión durante las visitas pastorales efectuadas en 1885 y 1886 en el norte y sur de la Diócesis de Cuiabá. Las fuentes son los diarios de viajes, que fueron publicados en 1886 y 1890. La creación de la imagen pública oficial fue organizada por iniciativa del obispo D. Carlos y del clero. Las obras elogian a D. Carlos y resaltan sus cualidades y virtudes excepcionales y lo tenían como modelo la vida de los santos, y se convirtieron en una herramienta de propaganda de su administración. Carlos siempre cuidó su imagen, ya que cumplía con los requisitos de la ostentación del poder episcopal. También estaba preocupado en reforzar su imagen pública con aspectos positivos, como corresponde a las versiones no oficiales de modelo de vida y de un mandato divino. Los rituales, la pompa, las ceremonias, las insignias, y los dispositivos de teatro se utilizaron para representar e interpretar el poder ejercido efectivamente, transformando al obispo en el más amado icono y en símbolo de la Iglesia Católica y del Estado. Los edificios de las imágenes también pretendían refutar las críticas de D. Carlos, que resaltaban sus aspectos negativos.

**Palabras clave:** Imágenes; D. Luiz Carlos D'Amour; Visitas Pastorales; Poderes.

*Recebido em 03/08/2015 - Aprovado em 30/09/2015*

Este artigo analisa as imagens construídas do bispo D. Carlos Luiz D'Amour e da sua gestão durante duas visitas pastorais que realizou na diocese de Cuiabá. Em 1885, o bispo visitou o território ao norte da diocese, tendo percorrido 70 léguas entre 26 de setembro e 12 de novembro. Foram visitadas as freguesias de Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora das Brotas, Nossa Senhora do Rosário, Vila Diamantino e a povoação da Aldeia. Em 1886, com 48 anos<sup>2</sup>, visitou o sul da diocese durante cinco meses e vinte e um dias, quando foram percorridas 650 léguas e visitadas as freguesias de Livramento, Poconé, São Luís de Cáceres, Corumbá, Miranda, Santa Rita de Nioaque e as povoações de Vacaria e Campo Grande.

O objetivo deste trabalho é enfocar as construções discursivas a respeito do bispo D. Carlos, como um todo. Seguindo os percursos de Balandier (1982), Geertz

<sup>2</sup> Em Poconé, no dia 11 de junho de 1886, D. Carlos completou 49 anos de idade (LUZ, 1979).

(1985), Boureau (1991) e Burke (1994), a preocupação é enfocar as imagens individuais criadas durante as viagens, a fim de revelar a imagem pública do bispo, veiculada em sua época.

O relatório da viagem pastoral realizada ao sul da diocese foi escrito pelo secretário particular do bispo, o cônego Bento Severiano da Luz; e o relatório da viagem realizada ao norte foi realizado pelo monsenhor José Joaquim Graciano de Pina e pelos cônegos Antonio Henrique de Carvalho Ferro, José Joaquim dos Santos Ferreira e Bento Severiano da Luz. Nesses relatórios, foram narrados os principais acontecimentos e realizações do bispo, embora tenham sido realizadas anotações sobre os demais membros das comitivas. Os relatórios foram publicados em dois folhetos denominados *Itinerário da visita pastoral*. O primeiro data de 1886 e foi impresso em Cuiabá, na *Typographia de Emilio do E. S. R. Calbau*, contendo 81 páginas. O segundo relatório foi impresso na Bahia, em 1890, constituído por um volume de 265 páginas (MESQUITA, 1927, p. 22).<sup>3</sup>

Os principais acontecimentos das viagens também foram retratados em poemas, cartas dirigidas ao bispo e reportagens publicadas em jornais, sempre com retóricas triunfalistas e de louvor. A ampla divulgação da viagem e dos relatórios celebrava e eternizava o acontecimento, afirmava e glorificava a pessoa do bispo, sua posição hierárquica e autoridade, assim como suas conquistas no campo da religião e a sua determinação para cristianizar e defender a Igreja Católica dos inimigos, a fim de civilizar as terras mato-grossenses. Enfim, a história das viagens pastorais convergiu para o bispo, centro para onde deveriam ser dirigidas todas as atenções.

O exame dos dois relatórios das viagens pastorais revela a preocupação e o incentivo organizacional ao trabalho sistemático de registrar os acontecimentos das viagens, de publicar, de divulgar as virtudes do homenageado, de expurgar o que pudesse comprometer a imagem de D. Carlos e de revidar os argumentos e as críticas dos anticlericais e dos concorrentes religiosos. Ou seja, a autoridade, a grandeza e a administração de D. Carlos Luiz eram importantes fatores para ostentação de seu poder, devendo ser promovidas indefinidamente, a fim de defendê-lo das críticas que constantemente recebia.

As publicações eram modestas, apesar do expressivo número de páginas. Elas foram amplamente divulgadas na época, eternizando as memórias das viagens e procurando criar uma opinião favorável a respeito do bispo. Os públicos a que se destinavam essas propagandas eram os mato-grossenses, construindo uma imagem positiva de D. Carlos. Já aos demais brasileiros e aos estrangeiros, especialmente autoridades e membros da hierarquia eclesiástica, eram importantes por promoverem sua reputação, divulgarem positivamente suas ações, justificarem sua nomeação ao cargo e até por pleitearem a sua ascensão ao arcebispado ou a transferência para outra diocese mais importante e à posteridade, pois D. Carlos deveria prestar contas de suas ações a todas as eras, eternizando seus feitos e sua fama.

---

<sup>3</sup> Posteriormente, Luis-Philippe Pereira Leite, na obra *Bispo do Império* (1979), incluiu os relatórios das duas visitas pastorais.

Ao articular uma propaganda, transformava-se os relatórios das viagens pastorais em *monumentos*, isto é, esforços para impor determinadas autoimagens de si, não somente para seus contemporâneos, como também para a posteridade. Segundo Le Goof (1990), os *monumentose* evocam o passado, perpetuam as recordações – voluntárias ou involuntárias – e são legados à memória coletiva. Ou seja, são um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força daqueles que detinham o poder. Nesse sentido, é necessário desmontar, demolir e desestruturar essas construções e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos, pois estão investidas de intencionalidade. O desejo era sempre o de impressionar, de construir uma imagem intangível, de mostrar que o bispo era uma pessoa qualificada, de apresentar imagens favoráveis de sua gestão e de celebrar a grandeza de ser a maior autoridade sobre a Igreja Católica em Mato Grosso. Construía-se o que Bourdieu (1989) chamaria de *capital simbólico*.

A criação da imagem pública oficial era organizada a partir da iniciativa de D. Carlos e de pessoas próximas. Como decorrência, foram produzidos textos apologeticos e edificantes, com ênfase nos predicados e nas virtudes excepcionais, que tinham como moldes as vidas dos santos. A confecção de relatórios e sua posterior publicação foram encomendadas e patrocinadas pelo bispo e pelo governo provincial, criando-se um eficiente instrumento de propaganda que atendia as exigências de ostentação do poder episcopal e do fortalecimento de sua imagem pública com olhares positivos, como convém às versões oficiosas de vida modelar e de um mandado divino.

Os relatórios das viagens pastorais ao sul e ao norte da diocese foram publicados após a autorização de D. Carlos. Luz (1979) concordou em publicá-las devido as reiteradas insistências de amigos e, sobretudo, da aprovação do bispo. Como protetor “de quem trabalha”, teria dado um “benévolo e paternal sim” (LUZ, 1979, p. 68). A publicação dos acontecimentos da viagem ao norte também foi creditada ao bispo, que teria recomendado e elogiado o texto (PINA et al., 1979, p. 206-207).

Os autores propõem-se enaltecer os feitos de D. Carlos ao publicarem os relatórios e as imagens veiculados e controlados por ele. Nesse sentido, foram refêns do poder em termos de reunir qualidades e virtudes que o aproximavam da perfeição. Por outro lado, havia também um público leitor interessado nos relatórios para inteirarem-se sobre Mato Grosso e sobre D. Carlos.

As construções das imagens de D. Carlos durante as duas viagens pastorais foram produções coletivas, que envolveram muitas pessoas, como o seu secretário particular, membros do clero, militares que acompanharam a comitiva episcopal, jornalistas, alfaiates, mestres-de-cerimônia, entre outros. Ou seja, ele não governava sem a orientação e o auxílio de inúmeras pessoas que se preocupavam em glorificá-lo e em defendê-lo. Entre os padres que participaram da comitiva, estavam os cônegos Bento Severiano da Luz e José Joaquim dos Santos Ferreira. O cônego Luz foi designado ao cargo de seu secretário particular e tinha a estima e a consideração de D. Carlos, tendo ambos reputações muito próximas: homens austeros, trabalhadores, conservadores e disciplinadores. O cônego Ferreira era considerado um “experimentado disciplinador,

que se afligia por qualquer coisa, tendo quase sempre a paciência alterada” (LUZ, 1979, p. 131).

O cônego Bento Severiano da Luz teve um papel importante na confecção dos dois relatórios e foi o secretário particular de D. Carlos durante as duas visitas. Esse cargo e a função de redator eram relevantes e demonstravam que, como subordinado imediato, era protegido e de confiança do bispo, quem via nele uma “esperança para a Igreja, um bello talento a ser cultivado e aproveitado” (MESQUITA, 1927, p. 8).<sup>4</sup> Ou seja, D. Carlos empenhava-se em construir uma sólida carreira que o habilitasse a conquistar cargos mais elevados na hierarquia eclesiástica brasileira. Segundo Miceli (1988, p. 35-42), os dividendos da operação publicitária revertiam em favor do autor, pois ampliavam sua possibilidade de ascensão ao episcopado. Como decorrência da sua posição ocupacional e hierárquica, o cônego Luz estava comprometido com a construção de imagens oficiais.

Cuidar da imagem era uma preocupação de todos os bispos, e D. Carlos tinha no episcopado brasileiro da época inúmeros modelos para se inspirar. No contexto das reformas católicas e de ofensiva institucional, essa construção da imagem estava associada à transmissão de valores sociais, políticos e, sobretudo, religiosos, além de afirmar a proeminência da Igreja Católica sobre a sociedade. O desejo de glória era um dos maiores anseios do episcopado, tendo favorecido as atividades de registro e a publicação de obras que afirmavam seus poderes e suas iniciativas. As diferenças entre D. Carlos e os bispos das dioceses mais ricas e estruturadas eram os recursos econômicos e os meios que poderiam ser investidos na construção de suas imagens.

A realização das viagens e a confecção de relatórios com sua publicação inserem-se num contexto de defesa da pessoa, da autoridade e da administração de D. Carlos, a partir da construção de imagens positivas e de defesa das críticas que recebia. Os interlocutores, pessoas da época, interpretaram essas imagens e as cerimônias de diferentes formas, podendo aceitá-las ou não. Muitas pessoas criticavam seu estilo de mando e os seus projetos de reformar a sociedade mato-grossense.

As viagens pastorais envolviam vários meses de deslocamento, tinham custos humanos e econômicos elevados e exigiam um bom planejamento. D. Carlos não se descuidava dos rituais e dos cerimoniais, e suas aparições sempre eram grandiosas e triunfais. Ostentar um estilo de mando, o lugar na hierarquia eclesiástica, o fausto, a ostentação e o protocolo eram valorizados para reforçar sua autoridade, reputação e poder, aumentando sua glória tanto para os contemporâneos, como para a posteridade. Segundo Balandier (1982, p. 10), as manifestações do poder não se acomodam com a simplicidade. A teatralização e a ostentação do poder aos olhos do público, durante todo o percurso, também encenavam o desejo de disciplinar, de cristianizar a sociedade mato-

<sup>4</sup> Após estudar no Seminário da Conceição, em Cuiabá, foi ordenado padre em 1880 e logo foi nomeado cônego da catedral, apesar de ser recém-ordenado. Também se tornou professor de português, francês e latim no Seminário. Em 1887, recebeu o título honorífico na Ordem de Cristo, com a dignidade de cavaleiro e, em 1892, tornou-se sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1889, foi enviado a Roma para estudar na Pontifícia Universidade Gregoriana, onde iria doutorar-se em Direito Canônico. Porém, problemas de saúde mental interromperam seus estudos e, ao retornar ao Brasil, tornou-se pároco até sua morte, em 1917 (MESQUITA, 1927, p. 7-17).

grossense e de perpetuação da ordem. Ou seja, a magnificência tinha funções políticas, e articular uma propaganda para exaltar a sua pessoa e a sua administração era importante e fundamental para a eficácia simbólica do poder.

A simples presença do bispo provocava um grande impacto e as reações eram diversas, oscilando entre uma pessoa sagrada e divina, até um homem comum, íntimo e acessível. D. Carlos era descrito com frequência em meio ao povo, interrompendo seus afazeres com frequência para dedicar-se aos diocesanos. À semelhança de Jesus Cristo e do bom pastor, sempre estava solícito para abençoar, distribuir esmolas, consolar e aconselhar (PINA et al., 1979, p. 215-216). As obrigações e conveniências sociais que deveriam ser cumpridas pelo bispo reforçavam sua constância irredutível, que nunca desanimava ou se acovardava (LUZ, 1979, p. 147, 149). D. Carlos teria sido persuadido a excluir o povoado de Campo Grande do roteiro, porém permaneceu resolutivo no seu propósito (LUZ, 1979, p. 139). Assemelhava-se a Jesus Cristo, não media esforços para conhecer seu rebanho e para ensinar as verdades da Igreja.

A iniciativa de realizar as viagens foi considerada heroica, em virtude das dificuldades inerentes ao empreendimento, a exemplo das longas distâncias a serem percorridas, da inexistência de infraestrutura e dos perigos, tais como ataques de animais selvagens, doenças, quedas de cavalos e os obstáculos naturais. Foi valorizado também o fato de ser o primeiro bispo a realizar visitas pastorais em Mato Grosso. Ao serem descritos os impasses e incidentes que enfrentavam, estavam valorizando a apresentação de D. Carlos como empreendedor e apostólico. Os obstáculos à ação missionária e à sua permanência seriam desafios a serem superados por ele. Não foram descritas suas fraquezas, seus medos e suas queixas, mas apenas sua força, determinação, coragem, onipotência, entre outras qualidades e adjetivos, e o seu triunfo sobre os elementos externos. Apesar das dificuldades, D. Carlos sempre foi cercado de requintes, confortos e cuidados próprios dos negócios estratégicos da Igreja Católica. Ao bispo, foram reservados os melhores cavalos sempre foi bem recebido, e todos se esmeravam em atendê-lo em todas as suas necessidades (LUZ, 1979, p. 156, 161).

D. Carlos, como personagem principal, interpretou diferentes papéis e utilizava inúmeras técnicas teatrais diante das mais diversas situações. Suas aparições, os cerimoniais, os rituais, a etiqueta e as homenagens que recebia eram carregados de simbologias e inseriam-se na política de reforço e de consolidação da sua posição, do seu prestígio, do seu poder e da ratificação das distinções diante das demais pessoas, dando provas do valor absoluto da sua existência. Era também uma estratégia para converter e reforçar o catolicismo entre os mato-grossenses, para incentivá-los a amarem o bispo e a ele obedecerem, a fim de reafirmar a importância da Igreja Católica na sociedade.

Havia a preocupação em deixar boas impressões nas pessoas com quem interagia, como forma de criar um modelo de pai, de pastor, de amigo do povo e dos necessitados, de homem culto e civilizado, de trabalhador incansável, de excelente administrador da Igreja Católica em terras mato-grossenses, de representante do governo da província e de D. Pedro II e de autoridade episcopal; modelos em que os católicos poderiam se inspirar. Suas virtudes foram listadas a fim de glorificar D. Carlos, que era

representando como ilustrado, benévolo, piedoso, paciencioso, amável, caridoso, paternal, conselheiro, consolador, justo, honrado, laborioso, virtuoso, educador, prudente, refinado e benigno (LUZ, 1979, p. 67).

O pronome de tratamento “Vossa Excelência Reverendíssima” reforçava o elevado posto hierárquico que ocupava na Igreja Católica e na sociedade, ou seja, um homem distinto e importante. Luz (1979, p. 67-68) como “obediente e reverendíssimo súdito”, considerava-se grato e orgulhoso por pertencer ao clero da diocese governada por um “santo Prelado, em cuja nobilíssima pessoa venera, a par de esclarecida sabedoria, a prudência com que põe em prática as mais preclaras virtudes e com que dá exercício a todas as admirações, a todos enchendo de gratidão e esperança” (LUZ, 1979, p. 67-68).

D. Carlos se preocupava em fazer tudo com muita ênfase, sobretudo quando nas cerimônias em que havia a participação de autoridades e do povo. Seus movimentos e gestos eram espetaculares, pois se utilizava de recursos teatrais. Seu caminhar, por exemplo, tinha passos lentos e majestosos, impondo respeito e veneração. Aulas de oratória, de dicção e de teatro faziam parte dos currículos ensinados nos seminários. Ali, os seminaristas aprendiam também a arte da simulação e da dissimulação, a fim de manterem um permanente comportamento formal. A serenidade e a dignidade eram qualidades extremamente valorizadas.

A opinião social tinha peso significativo na boa sociedade da época, a partir da qual procurava-se não colocar em risco as identidades de representante da elite eclesiástica e do Estado, de bispo, de homem honrado e civilizado, a fim de impor sua autoridade e incentivar a obediência. Cada detalhe da etiqueta, do cerimonial e do ritual e o permanente ar solene eram planejados e construíam sua auto-apresentação ostentatória de uma autoridade sagrada, estando essa posição de poder subjugada à confirmação e à aceitação por parte dos outros. Nem todos tinham imagens idênticas de D. Carlos ou a interpretavam e compreendiam da mesma forma.

D. Carlos se esmerava para impressionar por meio do porte, do caminhar, dos gestos, das vestimentas, da dicção e da oratória. Ele agia como um ator cuja pessoa era sagrada sempre que estava diante do público, ou seja, com formalidade. As vestimentas e os objetos vinculados à autoridade episcopal também se tornavam sagrados porque o representavam. O desembargador Ernesto Borges testemunhou a Leite (1979, p. 271) que se lembrava de D. Carlos durante as missas na catedral metropolitana, quando vestia vestes talares e entrava solenemente com o porte ereto, com passos pausados “infundindo respeito e consideração”.

Burke (1994, p. 24), ao analisar Luís XIV, afirmou que “o rei como seus conselheiros tinham consciência dos métodos pelos quais as pessoas podem ser manipuladas por meio de símbolos. [...] Contudo, os objetivos com que manipulavam os demais eram obviamente escolhidos a partir do repertório oferecido pela cultura do seu tempo”. D. Carlos orgulhava-se do elevado posto que ocupava na hierarquia eclesiástica e sua erudição permitia falar com alguém extraordinário. O objetivo era comover e sensibilizar a assistência para que se identificassem com ele, com suas diretrizes e com os seus discursos.

D. Carlos nunca se descuidava da sua imagem e em suas aparições oficiais, pois havia grande preocupação com o que era veiculado. Ele investiu muito tempo realizando rituais de diferentes tipos. Em muitas situações sacrificou-se para manter a pompa e o cerimonial, como por exemplo, aparecer em público sempre paramentado pontificalmente, trocar de vestes com frequência para tomar os paramentos próprios para celebrar as missas. Nas cerimônias de encomendação dos falecidos, vestia paramentos pretos, apesar do calor de Mato Grosso e das distâncias entre as igrejas matrizes e os cemitérios (PINA et al., 1979, p. 207-209). Ou seja, as vestimentas e a sua troca de acordo com cada situação eram importantes e faziam parte da ostentação simbólico-espetacular do poder religioso.

As chegadas e as despedidas do bispo eram por si só motivos de celebrações solenes que seguiam o modelo do triunfo romano. Eram acontecimentos formais que tinham as devidas magnificências, com discursos de louvores à sua pessoa e à sua iniciativa, com demonstrações de lealdade e de homenagens. A parte festiva era marcada pelas bandas, salvas, fogos de artifício e pelo toque dos sinos das igrejas. No dia 29 de maio de 1886, por exemplo, às 8 horas da manhã, ocorreu a cerimônia de despedida de D. Carlos, pois se daria o início oficial da viagem ao sul da diocese. Inúmeras autoridades civis e militares foram até o porto de Cuiabá, entre elas Joaquim Galdino Pimentel, presidente da Província. Também estiveram presentes pessoas consideradas como “distintas” (Chefe de Polícia, Jis de Direito da Comarca, Comandantes dos batalhões 8<sup>a</sup> e 21<sup>a</sup> de infantaria, Chefes de Repartição), além de uma grande multidão, “que cortavam o caminho a fim de receber a benção do virtuoso Prelado e beijar-lhes a mão”. Os militares do Arsenal de Guerra fizeram continência e tiros de salva foram disparados. Esse acontecimento e os rituais foram registrados como pomposos, pois D. Carlos recebia homenagens e a submissão das autoridades civis e militares, a partir do que se criava a imagem de um bispo que era amado pelo povo e que empreendia uma viagem heroica, representando os poderes espiritual e temporal.

Em meio ao jogo político e simbólico, sua itinerância reafirmava seu direito de apropriar-se do espaço e das fronteiras de sua extensa diocese, pois ele a administrava da longínqua sede episcopal, em Cuiabá. Elias (2001, p. 133), ao analisar a corte de Luís XIV, afirmou que “o povo não acredita em um poder que, embora existindo de fato, não apareça explicitamente na figura de seu possuidor. É preciso ver para crer.” Por meio da visita, D. Carlos tomava posse de sua extensa diocese, cujo território aumentara devido a fixação das fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a anexação de terras paraguaias.

A chegada do bispo a cidades, povoados e propriedades rurais era sempre solene e festiva, como convinha à importante autoridade. Algumas vezes, inúmeras pessoas, a cavalo, recebiam a comitiva episcopal e faziam parte do cortejo que entrava de forma festiva e era recebida pela população local. Na freguesia de Nossa Senhora das Brotas, por exemplo, duzentas pessoas receberam a comitiva, tendo à frente o professor da escola pública e seus alunos, as autoridades e o pároco. Após, formaram-se duas alas e o bispo apeou do cavalo cumprimentando a todos e dando o anel a beijar. Posteriormente,

outras pessoas passaram a fazer parte da multidão que o acompanhou até a sua residência (PINA et al., 1979, p. 210).

As entradas solenes assumiam, com frequência, formas triunfais e ritualizadas para consagrar os poderes espiritual e temporal de D. Carlos, pois tanto as autoridades locais quanto as pessoas comuns faziam inúmeras reverências durante a sua passagem, mostrando respeito e submissão ao bispo. Era uma oportunidade de as autoridades e de os diocesanos verem o bispo de perto, de cumprimentá-lo, de receberem sua benção e de tocá-lo, por considerarem sua pessoa sagrada, um representante de Deus e de Jesus Cristo e de santo e com poderes de curar enfermidades. Enfim, eram espetáculos que tinham grande impacto sobre o imaginário da população.

A expectativa da chegada da comitiva era grande e todos se preparavam para recebê-la com antecedência. As boas vindas solenes eram patrocinadas e organizadas pelos poderes locais e pela sociedade, os quais supervisionavam todos os detalhes, desde a decoração de ruas, igrejas e da residência provisória do bispo. A busca do luxo e do esplendor tinham objetivos políticos, pois se criavam imagens oficiais e idealizadas dos locais visitados. Havia a preocupação das lideranças locais e das elites em criar imagens de uma população católica, civilizada, moderna, urbana e progressista. Esses aspectos estavam associados à educação e ao bem viver em sociedade, pois se naturalizaram nas relações cotidianas comportamentos e hábitos sociais refinados e civilizados. Os investimentos financeiros para a realização dessas cerimônias eram grandes, podendo ser em banquetes, fogos de artifício, contratação de músicos, decoração, etc.

As festas deveriam ser grandiosas para não serem esquecidas. Havia a preocupação em colorir a cidade com lençóis e colchas estendidos nas janelas, com a decoração e iluminação das ruas à noite e com os edifícios religiosos com adornos e flores, a fim de impressionar os ilustres visitantes, assim como para comemorar e oficializar aquelas datas e garantir a importância da ocasião. Apenas uma vez a expectativa de uma recepção solene foi frustrada, dando lugar a desencantos, pois a chegada triunfal não ocorreu. No povoado de Canga, ninguém tinha conhecimento da chegada do bispo e quando a comitiva chegou de surpresa encontrou todas as casas fechadas e a porta da igreja fechada. Os moradores, surpreendidos pela visita de desconhecidos e temendo ser um grupo armado que percorria a região com a intenção de roubar, esconderam-se nas casas e nas matas. Luz (1979, p. 85) relatou que, depois de algum tempo, somente “um homem apareceu-nos”. Posteriormente, o retraimento dos moradores diminuiu e as cerimônias puderam ser realizadas.

Ao entrar na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, D. Carlos foi saudado com fogos de artifício, pela banda de música e por repiques do sino da igreja matriz. As ruas estavam enfeitadas com flores e folhas e com diversos arcos de ramagens. As janelas das casas estavam ornadas com tecidos, bandeiras e flores. O regozijo era geral e, enquanto a pessoas davam vivas, ouvia-se o sino, os fogos de artifício e o hino nacional. A casa onde o bispo iria se hospedar tinha seu interior decorado com flores e folhas e na porta de entrada tinha o dístico *Bonus pastor animam suam dat pro ovibus suis* (O bom pastor dá a vida

pelas suas ovelhas).<sup>5</sup> À noite, a cidade o recebeu e durante toda a sua permanência continuou com as casas iluminadas e as janelas decoradas, com o toque dos sinos, com os fogos de artifício e com a banda de música percorrendo as ruas. Após a entrada solene do bispo, a banda continuava a executar, à porta da residência episcopal, variado repertório de músicas, sempre com numerosa assistência de pessoas (PINA et al., 1979, p. 217-218, 222).

Em Diamantino, D. Carlos foi recebido por 50 cavaleiros e a aproximação da vila foi anunciada por grande quantidade de fogos que iluminavam a festa e com o toque do sino. Ao entrar solenemente, como de costume, a banda de música executou o hino nacional. O espetáculo seduzia pelo conjunto de ações simultâneas: o tropel dos cavalos, o estrondear das girândolas eo som da banda e do sino. Na rua do Capim, as casas, em toda a sua extensão, estavam ornadas com juncadas de flores e folhas, e as janelas ostentavam colchas e armamentos multicoloridos. A rua foi decorada também por quatro arcos do triunfo provisórios erigidos para a entrada do bispo, com uma faixa que trazia a seguinte inscrição em língua portuguesa: *Homenagem do povo diamantinense ao virtuoso bispo desta diocese D. Carlos Luiz D'Amour pela sua feliz visita a esta vila*. Esta fraseo homenageava e destacava sua magnificência e uma das suas qualidades, a virtude. No primeiro arco, dois meninos, elegantemente vestidos, atiravam flores durante a passagem do bispo e no último arco, mais próximo da residência, dois meninos “vestidos a índio” também lançaram flores. Em frente da residência episcopal, havia um coreto do qual se erguiam três arcos decorados que atravessavam a rua. Após a entrada na residência, a banda ocupou uma das salas e tocou até o anoitecer, enquanto centenas de pessoas vinham beijar o anel episcopal. À noite, as casas foram iluminadas, a banda voltou a tocar em frente a residência, com numerosa assistência, enquanto os sinos repicavam e fogos de artifícios estrugiam. No dia seguinte, após a missa, o bispo foi à Câmara Municipal para ser homenageado (PINA et al., 1979, p. 225-229). Uma das cerimônias que impressionou, e que D. Carlos fez questão de conferir, foi o batizado de seis crianças indígenas. Por ocasião de se derramar a água sobre a cabeça de cada um deles, a banda tocou, os sinos foram repicados e fogos de artifício foram queimados. Autoridades e famílias ilustres de Diamantino foram os padrinhos e as testemunhas (PINA et al., 1979, p. 233-234).

Os arcos do triunfo, por onde passavam o bispo e a comitiva episcopal, expressavam a importância da situação. As decorações eram variadas, em geral com flores e ramadas. Na fazenda Passa Tempo, localizada no sul da diocese, na região conhecida como campos de vacaria, onde a comitiva pernitoou por quatro dias, em frente à casa, foram erguidos dois arcos com flores e frutas. O segundo arco estava assentado sobre “colunetas pintadas de azul entrelaçadas de ramos verdes, dos quais pendiam bonitas pencas de laranja, e na parte superior uma tabuleta com esta inscrição: Bendito seja aquele que vem em nome do Senhor”. D. Carlos foi recebido por duas alas de senhoras e, ao passar por elas a pé, lançava bênçãos. Durante toda a permanência da comitiva episcopal,

<sup>5</sup>O uso do latim, em vez do vernáculo, dificultava a compreensão do dístico e da exaltação do bispo presente nos seus dizeres.

muitas pessoas foram visitar o bispo “e o aperto era enorme e espantoso o fervilhar de homens, mulheres e crianças indo e vindo até alta noite” (LUZ, 1979, p. 175).

Após a entrada solene e festiva, ou no dia seguinte, inúmeras pessoas dirigiam-se à residência episcopal e se iniciava o cortejo à igreja matriz ou ao local onde seria celebrada a missa. O bispo sempre era o protagonista. Na Freguesia de N. S. da Guia, os rituais foram realizados com toda a pompa, etiqueta e formalidade:

S. Exa. Rvma., paramentado pontificalmente, seguiu debaixo do pátio à Igreja Matriz, e chegando à porta principal, ajoelhou-se sobre um coxim e osculou a imagem do Senhor Crucificado, que lhe foi apresentada pelo mesmo Reverendo Vigário, e depois de tomado água benta e ser turificado, encaminhou-se para a Capela-mor ao som dos cânticos prescritos pelo Cerimonial dos Srs. Bispos, findos os quais o Reverendo Pároco repetiu as preces e a oração própria desta solenidade. Logo os cantores entoaram a antífona da padroeira. Terminada a qual a S. Exa. Rvma. Subiu ao altar, e depois de o ter beijado foi ao lado da Epístola cantar a respectiva oração. Findo esse ato, S. Exa. Rvma. Tomou os paramentos próprios para celebrar o Santo Sacrifício da Missa (PINA et al., 1979, p. 208).

Na freguesia de Nossa Senhora das Brotas, ocorreram solenes ofícios em sufrágio da alma do bispo antecessor, D. José Antonio dos Reis. A igreja foi toda ornamentada com motivos fúnebres. Abaixo do arco, foi erguido uma “majestosa eça” em que estavam colocadas as insígnias do finado. As cerimônias duraram dois dias e a população local teria ficado muito impressionada, pois nunca tinha presenciado algo semelhante. No primeiro dia, rezou-se um terço e no segundo foi celebrada uma Missa de *Requiem*. Posteriormente, os presentes dirigiram-se ao cemitério e o bispo fez a absolvição do túmulo de acordo com o que prescrevia o Pontifical Romano (PINA et al., 1979, p. 220-221). Após o término de cada cerimônia, o bispo retirava-se para a residência episcopal, acompanhado por todas as pessoas que assistiram aos atos religiosos (PINA et al., 1979, p. 208).

O caráter teatral e monumental das cerimônias e dos rituais prescritos no Pontifical, a valorização da pompa, do esplendor, da formalidade e do brilho exterior objetivavam comover os interlocutores, que pareciam tomados pelo êxtase que era festivo, religioso e profano. Em uma sociedade em que a maioria da população era analfabeta, o aparato cênico e teatral eram importantes para disciplinar, representar e encenar o poder e a autoridade episcopal no espaço público. Segundo Luz (1979, p. 70), aos olhos do público, teriam sido “majestosos espetáculos”, que comoviam e entusiasmavam, pois muitos exclamavam “Oh, Santa Igreja de Jesus Cristo! Quanto és grande, quanto és sublime, quanto és admirável em tuas obras.” Ou seja, confirmavam tanto a existência de Deus, como o poder e a grandeza da Igreja Católica. Era, sobretudo,

a afirmação dos poderes do bispo. A visita pastoral era um tempo de clemência e mercês, todos eram seus filhos diletos que deveriam subornar-se às hierarquias superiores.

A interrupção do cotidiano, devido à presença episcopal, era garantida por uma agenda com inúmeras programações. Os dias ficavam mais animados com os festejos e com todo o aparato que era criado para comemorar sua chegada. As festividades extrapolavam o componente religioso, com divertimentos cotidianos. Nas ruas ou nas sacadas, muitos aproveitavam a ocasião para assistir aos espetáculos e para reverenciar D. Carlos. Essa proximidade era considerada um privilégio. Outros iam acompanhar os cortejos ou se colocavam diante da presença episcopal por curiosidade (pois nunca tinham visto um bispo), para admirá-lo, por considerarem-no uma pessoa sagrada, estando a fim de obter benesses e presentes. Muitas famílias buscavam estabelecer laços de parentesco e obter prestígio e distinção ao convidar D. Carlos como padrinho de batismo. Luz (1979) procurava reforçar a presença de multidões que participavam dos cerimoniais, reforçando a imagem de um bispo amado pelos diocesanos e que se sacrificava pela causa da Igreja Católica. Dessa forma, idealizava a figura episcopal ao reforçar a imagem de proximidade do bispo com os fiéis e de que ele ouvia os problemas e as aflições desses fiéis.

Durante toda a visita o rebuliço era constante e com os inúmeros festejos. Eram leilões, batuques, eventos cívicos, cavalcadas, congadas, entre outros. As bandas de músicas mostravam seus repertórios, davam-se salvas de tiros, repicavam-se os sinos, iluminavam-se as casas à noite e aconteciam espetáculos de fogos de artifício. Os escravizados estavam autorizados a festejar e a realizar as congadas (LUZ, 1979, p. 97). Em Poconé, o bispo teria se divertido ao apreciar uma cavalcada por ocasião da festa do divino e, em Campo Grande, ao presenciar um combate de touros (LUZ, 1979, p. 97, 187). Eram breves os momentos de relaxamento de uma incansável labuta, o que demonstra que havia a preocupação em equilibrar a formalidade com a informalidade, mas apenas em determinadas situações, devendo ser evitadas aplicadamente.

D. Carlos, durante todo o roteiro, tornou-se o centro de alocações, recitais, chás, saraus, jantares, serões, recitais de poesias e de música, reuniões comemorativas e abolicionistas; recebeu títulos beneméritos e mensagens de agradecimento e de obediência sem reservas. Por toda a viagem, o bispo foi homenageado com demonstrações sempre pródigas de gratidão, reconhecimento, veneração, “acatamento, adesão e amor”, sobretudo por ter “procurado reunir as [ovelhas] que nunca tinham sido rebanhadas”. Cartas e poemas eram lidos em louvor ao bispo, concertos musicais foram organizados, discursos foram proferidos e brindes erguidos para valorizar a iniciativa de realizar a viagem pastoral, superando os riscos, sacrifícios e privações, tudo para difundir o catolicismo (LUZ, 1979, p. 177). Em Miranda, o *Largo do Quartel* passou a denominar-se *Praça D. Carlos*, como comemoração à visita e em homenagem ao ilustre visitante (LUZ, 1979, p. 158). Os moradores de Campos de Vacaria mandaram confeccionar, no Rio de Janeiro, um cálice de ouro, cravejado de ametistas, com valor estimado em 1:400\$000 (LUZ, 1979, p. 176). Ou seja, Mato Grosso também tinha sua faceta educada, eficiente, sofisticada, polida, luxuosa e elegante.

A agenda religiosa era extensa, com cortejos, missas, sermões, *Te Deum*, procissões, cerimônia do beija-anel episcopal, terços, ladainhas, discursos, distribuição de esmolas aos pobres, realização e recebimento de visitas de famílias ilustres. Realizavam-se também casamentos, batizados e crismas e inspecionavam-se escolas, cemitérios, quartéis, igrejas, capelas, câmaras municipais e cadeias públicas. D. Carlos tomava posse da diocese, demarcando-a, e vinculava sua autoridade de bispo com a de representante do Estado. Dessa forma, esses festejos eram religiosos, sociais, políticos e festivos e se constituíam num prolongamento do poder episcopal no espaço público.

Nas suas aparições oficiais, mantinha certo distanciamento em relação às pessoas, o que tinha um fim em si: quanto mais distante se mantivesse, maior seria o respeito que o povo lhe conferiria. Os decretos, as medidas e os atos do bispo, assim como os rituais, as procissões, os adereços litúrgicos e as cerimônias, extrapolavam a encenação e se constituíam num teatro religioso com inúmeros fins, pois tinham feições variadas. Segundo Balandier (1982, p. 17), o poder se mostra nesse teatro e o espetáculo visual é suficiente e não são necessárias as palavras.

A etiqueta, a cortesia e a afabilidade eram fundamentais e importantes para a eficácia simbólica de afirmação política e religiosa do poder episcopal na sociedade. A pompa, a majestade e o *bem representar* faziam parte da encenação dos rituais (BLOCH, 1993; ELIAS, 1993, 1994, 2001; GEERTZ, 1985). D. Carlos, ao se apresentar em público, sempre sustentava uma postura séria, com comportamento e gestos formais, num permanente jogo de simulação e dissimulação de suas emoções. Seu objetivo era impressionar em todas as ocasiões.

Pela manhã, e em certas ocasiões à tarde, eram celebradas missas e terços. Nos intervalos, havia inúmeros compromissos e uma agenda extensa. A pompa litúrgica e os brilhos desejados eram abreviados apenas por falta de infraestrutura ou por cansaço dos membros da comitiva, sobretudo do bispo. Apesar disto, as gestualidades, os signos, os símbolos e as insígnias do cerimonial, repletos de significações, dirigiam a encenação que objetivava atingir o emocional e o espiritual dos espectadores, encantando-os e seduzindo-os. O espetáculo procurava comover os corpos e as almas, criar memórias, tradições acerca da Igreja, enraizando-a na sociedade. As visitas tinham, neste sentido, feições religiosas, sociais e políticas.

Durante as viagens pastorais D. Carlos, tinha a preocupação de seguir as prescrições e as formalidades do Pontifical Romano. Durante as missas o bispo, ao chegar à porta principal das igrejas matrizes ou das capelas, deveria ajoelhar-se sobre um coxim, oscular a imagem de Jesus Cristo crucificado, aspergir água benta, turificar o ambiente, encaminhar-se à capela principal ao som de cânticos, repetir as preces e orações para essa solenidade, entoar os cânticos da padroeira da igreja matriz e, após seu término, beijar o altar e subir até ele. Dando prosseguimento, devia ir ao lado da epístola cantar a oração e, após, substituir as vestes episcopais pelos paramentos para celebrar a missa. O bispo era responsável pela homilia, pelas bênçãos e indulgências, pela distribuição *Intra Missam* da comunhão, pela encomendação dos mortos, além de outros atos. Nos terços também participava e, após seu término, tomava assento no faldistório

para dedicar-se a falar sobre a doutrina católica e da forma como todos deveriam se preparar para receber os sacramentos, sobre a necessidade de regularizar as uniões consideradas ilícitas e sobre os deveres morais dos católicos. Na sequência, concedia indulgências às pessoas presentes (PINA et al., 1979, p. 208).

A presença do bispo e as numerosas cerimônias e rituais que eram realizados reforçavam sua autoridade e atribuições. Os cortejos, para prestar homenagem e expressar respeito à pessoa do bispo e às autoridades eclesiásticas e militares que o acompanhavam, oficializavam também as diferenças, pois cada um tinha um lugar estrito e um papel a desempenhar. O tom oficial era de harmonia, de confraternização e de apagamento dos conflitos e das diferenças; porém, nos festejos, expunham-se e reafirmavam-se as hierarquias e as diferenciações constitutivas da sociedade. Ou seja, eram reservados os espaços e os papéis diferenciados para o bispo, para o clero, para as autoridades e para a população. O bispo ocupava uma posição de destaque e a presença de autoridades civis e militares e do povo reforçavam a ostentação espetacular do seu poder. A parte religiosa era comandada pelo bispo, pelo clero e pelos seminaristas, enquanto que as demais eram regidas pelas lideranças locais. O bispo, como personagem central, era sacralizado e imortalizado ao ser situado no lugar e posição, afirmando sua autoridade perante a Igreja e a sociedade. D. Carlos procurava criar uma esfera sagrada e corporificada na sua pessoa, ou seja, um homem encantado, santo, poderoso e distanciado da mundanidade.

Segundo Schwarcz (2006, p. 270), as festas têm “muitos lados e o ‘bem representar’ faz parte da encenação do ritual. Nesses momentos pouco se distinguem teatro e realidade, e tudo se passa como se o ritual fosse apenas o que é”, ou seja, a demonstração e a afirmação do poder episcopal, da Igreja Católica e do Estado. Luz (1979) e Pina (1979) não se cansaram de descrever o regozijo do público que, aglomerado, visitava seu bispo e que o aclamava entre aplausos, vivas, lenços brancos, aplausos, lágrimas, fogos de artifício, bandas de música e toque dos sinos. A população e as autoridades tornavam-se parceiras do bispo na encenação e na representação, dando margem para os divertimentos e à espontaneidade.

Todos desejavam ver D. Carlos e dele se aproximar. Eram “homens e mulheres, velhos e moços, meninos, enfermos e mesmo famílias inteiras, que de distância em distância saíam de longe, para embargar a viagem de S. Exa. Rvma., a fim de beijar-lhe o sagrado anel e receberem a bênção pastoral” (PINA et al., 1979, p. 215). Cegos, aleijados, pobres e enfermos também o procuravam e recebiam doces, biscoitos, refeições, roupas e esmolas (PINA et al., 1979, p. 212-215). D. Carlos foi retratado como ocupado permanentemente em múltiplas atividades, excepcionalmente dedicado aos negócios da Igreja Católica, do Estado, da diocese e do bem-estar dos diocesanos. Essa assiduidade reforçava sua apresentação como uma figura que faz tudo por si mesma, tendo o mérito de todas as realizações e conquistas alcançadas durante a visita. Ele estaria sempre preocupado em “atender as partes, ouvi-las, aconselhá-las, examinar os papéis que lhe eram apresentados, despachar, receber visitas até quase a hora de voltar para a Igreja para assistir ao santo Terço” (PINA et al., 1979, p. 212). Luz (1979, p. 86) reforçava a imagem

de D. Carlos como bispo pacioso, educado, cortês e que tinha um autocontrole das emoções fora do comum.

Para Luz (1979, 71), o refinamento e a educação de D. Carlos faziam com que cativasse a todos, sem distinção de cor, classe social, idade, gênero e mantinha uma “doçura invencível, que lhe [era] habitual”. Não discriminava também os doentes, inclusive os que teriam doenças contagiosas. Na cidade de São Luiz de Cáceres, compareceu à residência episcopal um morfético em estado terminal, que desejava ser crismado. Sua presença causou grande alarme e muitas pessoas queriam que ele fosse impedido de ser recebido pelo bispo. O sentimento era de repugnância e de temor de um contágio devido “ao estado adiantado de sua moléstia”. A reação de D. Carlos teria “sufocado o pismo” coletivo ao receber o “infeliz” de forma atenciosa, sendo uma “grande lição”, pois “a santidade evangélica não desdenha ninguém”, sobretudo aqueles que mais precisavam (LUZ, 1979, p. 129-130).

A acessibilidade do bispo aos seus diocesanos era um tema recorrente. Durante a viagem, teria sido objeto “das atenções de uns, dos obséquios de outros, da curiosidade de todos”, fossem homens e mulheres, jovens e idosos, ricos e pobres (LUZ, 1979, p. 128). As pessoas, como nunca tinham visto um bispo, admiravam-no, contemplando sua pessoa por várias horas, desejando tocá-lo e receber sua atenção. Ao reverenciarem-no, beijavam repetidas vezes o anel episcopal e ficavam admirando-o, esquecendo-se do passar das horas (LUZ, 1979, p. 70). D. Carlos era representado como se estivesse permanentemente rodeado de pessoas, entretendo-se por várias horas com conversas, conselhos, confissões, missas, terços, visitas, e com o ensino da doutrina católica. Incansável, ele envolvia-se todos os dias com audiências, consultas e ouvindo reclamações. Enfim, estaria “quase sempre sentado e abafado no meio de um povo imenso” (LUZ, 1979, p. 69). O expediente do bispado era realizado à noite e de madrugada. Sua privacidade era constantemente interrompida, aspecto considerado desagradável; apesar disso, a “invasão” dos recintos era superada com uma “paciência evangélica”. A privacidade somente era conquistada quando ele se trancava em algum recinto (LUZ, 1979, p. 70).

Como bispo, missionário e pai de seu povo, pregava, confortava, consolava, sacrificava-se, renunciava a tudo e passava por inúmeras privações materiais. Era aquele que, apesar de sua elevada posição hierárquica, permitia a aproximação de todos sem distinção de condição social; era paciente, afetuoso, sábio, inteligente, experiente, educado, caridoso, abnegado, carismático, contentava-se com poucos resultados – apenas o consolo espiritual das almas abandonadas – e cativava por sua lhanza e afabilidade paternais. Assemelhando-se a Jesus Cristo, dirigia atenção especial às crianças e aos pobres e recebia todos, sem distinção. Para o bispo, o tempo parecia não ser quantificável, pois a salvação de uma alma não tinha preço e todos os sacrifícios seriam recompensados. A linguagem era pedagógica e de fácil compreensão: D. Carlos, como pastor, assemelhado a Jesus Cristo, acolhia a todos, pois todos eram irmãos. Era,

sobretudo, uma pessoa acessível a todos os diocesanos e tudo nele inspirava gentileza, cortesia, inteligência e elegância.

Na narrativa de Luz (1979), seus comportamentos e atitudes seguiam um cálculo preciso nos gestos, no uso das palavras e nas formalidades. Tudo com naturalidade, sem esforço, com elegância da atitude e amabilidade próprias do seu *status*. Até no uso do tempo livre, demonstrava seu refinamento, pois o utilizava para aperfeiçoar ainda mais sua conduta social distinta, aprimorando sua erudição, através da leitura e da reflexão, traçando diretrizes para a sua gestão (LUZ, 1979, p. 69).

Reforçava-se também a imagem de um homem simples, pois algumas casas onde o bispo se hospedara não oferecia o conforto requerido por uma autoridade eclesiástica. Em Aurora do Campeiro, local onde pernitoou, não havia assentos, obrigando a comitiva a sentar-se sobre um couro. A iluminação era precária; o ambiente assumia um ar melancólico e angustiante. Para o café, havia uma única xícara, que percorreu de mão em mão (LUZ, 1979, p. 179). Em Canga, povoado considerado o mais feio da Província,

[...] não havia senão dois quartinhos fechados por quatro paredes de barro sem reboco, mas só foi possível fazer-se a limpeza de um deles, do destinado ao Sr. bispo, continuando o outro tal qual se achava – com os recantos cobertos de garrafões usados, fumo etc., tendo suspensos ao telhado dois girãos de carne seca e outras burundangas (LUZ, 1979, p. 86-87).

D. Carlos empenhava-se em criar vínculos de identificação com o Brasil, com o regime monárquico, com D. Pedro II e com o governo provincial e em difundir o respeito às autoridades constituídas. Faziam parte do cerimonial as continências militares, o toque do hino nacional, o uso de distintivos com as cores nacionais, a inspeção de várias instituições, a presença das bandas militares e a audiência com as lideranças locais. A Igreja Católica projetava-se como uma instituição fundamental da sociedade, porém subordinada à Constituição e ao Imperador. A entrada de D. Carlos na vila Diamantino e na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, foi acompanhada pelo hino nacional, executado pela banda de música local. Na despedida, o hino foi executado novamente e vivas foram dados à Igreja Católica, à Igreja cuiabana e a D. Carlos (PINA et al., 1979, p. 216, 226, 238). Em Miranda, procurou aproximar-se dos Terena e dos Kimikinao com presentes (espelhos, cruzes douradas e rosários), dizendo-lhes que D. Pedro II era amigo de todos e desejava que todos fossem bons cristãos e bons vassalos (LUZ, 1979, p. 153).

Nos discursos de despedidas D. Carlos agradecia pelo acolhimento e pelas demonstrações de afeto, dedicação e amor à sua pessoa. Na despedida da paróquia de Diamantino, foram dados vivas “à Religião Católica, à S. Exa. Rvma. e a Igreja Cuiabana, seguidos do Hino Nacional, que foi perfeitamente executado, S. Exa. levantou também entusiásticos vivas aos Mato-Grossenses e a seus diocesanos de Diamantino” (PINA et al., 1979, p. 238). Assim, manifestava-se reconhecido e grato. Muitas pessoas comoviam-

se durante os cortejos de despedida, outras choravam de tristeza (PINA et al., 1979, p. 222). Na despedida da Vila do Rosário, “teimosas lágrimas se traduziam na face das distintas e virtuosas senhoras [...] por verem elas de instante a instante mais iminente a separação do distintíssimo Prelado. [...]” Ao partir definitivamente, “a música dos meninos tocou tão triste que reacendeu o fogo das saudades, sensibilizou a todos e ainda arrancou lágrimas.” (PINA et al., 1979, p. 255). Reforçava-se a imagem de um bispo que era acessível e amado pelos diocesanos. O fim da visita marcava também o término dos festejos e das cerimônias litúrgicas; os dias voltariam a serem menos animados, e o sossego retornaria.

O significado simbólico dos resultados obtidos durante as duas viagens pastorais que realizou não podem ser desprezados na construção da sua imagem pública. Como resultado, na interminável luta entre o bem e o mal, a fé católica e o obscurantismo, conquistas estrondosas teriam sido realizadas, as quais foram atribuídas à iniciativa de D. Carlos. No norte da diocese foram administradas 2.206 crismas, sendo muitas pessoas de avançada idade e que não sabiam rezar, persignar-se e por as mãos (PINA et al., 1979, p. 243-244). Ao sul, foram administrados

[...] uns 200 sermões; confessaram-se mais de 15.000 almas; crismaram-se mais de 12.000; fizeram-se, talvez, 500 casamentos, entrando neste número montes de amancebados que romperam de vez com as uniões ilícitas; outras uniões repararam seus erros e se reuniram; foram distribuídas muitas centenas de rosários, grande quantidade de estampas religiosas, orações impressas, medalhas e cruzeiros (LUZ, 1979, p. 70-71).

D. Carlos representava a si mesmo, no sentido de que desempenhava conscientemente o papel de um bispo. Ele tinha consciência de si, de seu papel e da importância dele e da elevada posição que ocupava na hierarquia eclesiástica brasileira. Era um representante da Igreja Católica, do papa, de Jesus Cristo, de Deus e do Estado, em terras mato-grossenses.

D. Carlos emergia como um pastor modelo e bispo exemplar, construindo uma imagem associada à de Jesus Cristo e ao bom pastor, que suportava a tudo para cumprir sua missão civilizadora e apostólica. Era aquele que se expunha ao sol, à chuva, ao frio, que transpunha rios, pantanais, sertões inóspitos e regiões desabitadas, onde os indígenas faziam correrias, locais sem infraestrutura, para evangelizar (LUZ, 1979, p. 189-190). Seria aquele homem modesto, virtuoso, ilustre, que passava por sacrifícios e martírios na defesa da Igreja e dos interesses espirituais dos seus diocesanos (LUZ, 1979, p. 174). Como pai amoroso, benigno, piedoso, bondoso, possuidor de todas as preclaras virtudes e como pastor vigilante poderia, também, reprovar, punir, advertir e excomungar os seus “filhos”, sem distinção, inclusive o clero.

Do lado oposto, havia críticos de D. Carlos que viam na sua glorificação uma estratégica para reforçar a importância da Igreja Católica na sociedade mato-grossense, dominar os indivíduos e desviá-los da política e de um pensamento crítico. Ou seja, nem todos os mato-grossenses tinham imagens idênticas do bispo, aspecto que revelava que a construção simbólica da autoridade, como sagrada, sobretudo, nem sempre era eficaz. Assim, D. Carlos, ao ser demitizado e desmitificado, foi perdendo a eficácia de suas roupagens simbólicas e enfrentando crises de legitimação. Os discordantes denunciavam o culto da personalidade e a vaidade do bispo, assim como a bajulação dos políticos e de membros do clero. A permanente construção de uma imagem oficial procurava defender e rebater as críticas nada lisonjeiras que frequentemente recebia.

Desde que assumiu a diocese, em 1879, D. Carlos envolveu-se numa série de conflitos para impor as reformas que desejava. Um dos primeiros alvos foi o clero secular, pois a maioria vivia em pública mancebia. Os professores do seminário diocesano, por exemplo, “não se julgavam obrigados pela tonsura à castidade” (CORRÊA, 1969, p. 664). Em 1882, havia quinze sacerdotes, dos quais a maioria seria “incapaz porque velhos demais, doentes ou por outras razões inaptos” (DUROURE, 1977, p. 21 - adaptado). Para discipliná-los, vários foram punidos e outros foram suspensos das funções eclesiásticas. Entre os motivos, estava a participação na política local, a obsessão pelo enriquecimento e a não observação do celibato.

Membros do clero regular também criticavam o estilo de mando conservador e autoritário de D. Carlos. Em 1888, os Lazaristas e as Irmãs de São Vicente de Paulo passaram a atuar em Mato Grosso. Entre 1888 e 1894 os Lazaristas dirigiram o seminário; porém, as sucessivas intervenções e ingerências do bispo nos assuntos internos geraram tensões, desentendimentos e crises de relacionamentos. O impasse terminou com o afastamento da Congregação da administração do seminário e com o fim da missão em Mato Grosso. D. Carlos os considerava incompetentes e fracassados e referia-se como ingloriosa à passagem dos Lazaristas pela diocese. Também se retiraram da diocese as Irmãs de São Vicente de Paulo, que administravam o asilo Santa Rita, instituição fundada em 1891. As constantes intervenções episcopais, a falta de um confessor e o isolamento geográfico foram as justificativas para fechar a residência e o asilo. Após a saída, o seminário voltou a ser administrado por D. Carlos.

A relação do bispo com o governo provincial também foi marcada por tensões e crises. D. Carlos era cioso de suas prerrogativas e posição hierárquica, não admitindo as intervenções das autoridades educacionais. Com frequência, realizava ingerências nos assuntos internos do seminário e não fornecia informações à diretoria geral de instrução pública, por considerar o seminário como episcopal e, portanto, regido apenas por leis eclesiásticas, estando sujeito apenas à inspeção do bispo. Os relatórios da diretoria de instrução pública, na parte reservada ao seminário, careciam de informações, até quanto ao número de alunos, membros da diretoria e cadeiras que eram administradas. Quando prestava informações, era diretamente ao governo, apenas pelo fato de este subvencionar o seminário (MARCÍLIO, 1963, p. 64-67).

No final do século XIX, a Igreja Católica passou a enfrentar a concorrência dos protestantes e dos espíritas. Na carta pastoral de 4 de dezembro de 1881, D. Carlos reagiu aos avanços, combatendo-os. Cioso dos direitos e privilégios estabelecidos pela Constituição de 1824, considerava a liberdade religiosa uma afronta aos usos e costumes estabelecidos. A ofensiva ocorria por meio de cartas pastorais, de sermões e da atuação do clero. Os debates ocorriam também na imprensa e os que professavam outras religiões denunciavam os erros interpretativos do bispo, tanto com relação à doutrina católica, quanto aos textos bíblicos.

Outro conflito que D. Carlos enfrentou foi um processo na justiça por ter realizado o casamento de um casal de escravizados que tinha três filhos. A união foi realizada sem o consentimento do proprietário que, sentindo-se lesado, processou o antístite (CORRÊA, 1969, p. 664-665). Embora tivesse sido absolvido, foi alvo de várias críticas, sobretudo pelo seu abolicionismo e pelas campanhas que realizava em prol da libertação dos escravizados.

Enfim, o estilo de mando de D. Carlos e seu lado “lutador e decidido” geraram inúmeras críticas à sua pessoa, à sua autoridade e à forma como administrava a diocese (CORRÊA, 1969, p. 665). Era representado pelos opositores como um bispo desequilibrado emocionalmente, defasado intelectualmente, autoritário, intransigente, sádico, perseguidor, vanglorioso, injusto e até mesmo omissos em relação aos seus deveres episcopais. Ao olhar dos críticos, seria um homem mau e incompreensivo, por, constantemente, repreender, suspender e excomungar.

D. Carlos que os relatórios das viagens pastorais consagravam era um bispo cômico dos seus deveres e que esteve sempre à altura do cargo que ocupava. Era perseverante e firme em suas convicções e em suas decisões, nunca se abatia diante das dificuldades e não se preocupava com as abnegações e os sacrifícios. As visitas pastorais e a publicação dos relatórios inseriam-se no jogo simbólico de valorizar positivamente sua pessoa, sua autoridade e suas diretrizes e de combater as críticas que recebia, a fim de manter sua posição hierárquica, seu capital simbólico e o domínio que havia conquistado.

Os relatórios das viagens procuravam ressaltar as qualidades excepcionais de D. Carlos: sua dignidade era inatingível, pois seria um líder carismático e que empreendia inúmeras conquistas. Várias vezes foi associado ao bom pastor e a Jesus Cristo. Seria um bispo que não desejava desagradar ninguém; porém, como pastor vigilante, poderia reprovar, punir, advertir e excomungar os seus “filhos”, sem distinção – inclusive o clero. A Igreja era vista como uma grande família, na qual, no âmbito local, ele era a maior autoridade, seguido pelo clero. Sua pessoa estava associada à determinação e à esperança da regeneração religiosa e civilizadora de Mato Grosso. As imagens construídas acerca do bispo estavam em constante revisão, de acordo com as circunstâncias que se apresentavam, com as críticas que recebia e com a reinterpretação de acontecidos em épocas anteriores.

## Referências

- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.
- BOUREAU, Alain. Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique. *Annales ESC*, Paris, n. 6, 1991.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: MEC, Instituto Nacional do Livro, 1969.
- DOURURE, João Batista. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão de Mato Grosso, 1977.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2 v.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1 v.
- GEERTZ, Clifford. *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. Nova York, Basic Books, 1983.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro em Bali*. Lisboa: Difel, 1985.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Editora da Unicamp, Campinas, 1990. p. 535-549.
- LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.
- LOPES, Marcos Antônio. *O político na modernidade: moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica (1640 - 1700)*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- LUZ, Bento Severino da. Visita Pastoral ao sul da diocese. In: LEITE, Luiz P. Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 67-201.
- MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- MESQUITA, José de. Monsenhor Bento Severiano da Luz; ensaio biográfico. Cuiabá: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Ano IX, Tomos XVII a XVIII, 1927.
- MESQUITA, José de. Monsenhor Bento Severiano da Luz; ensaio biográfico. Cuiabá: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Ano IX, Tomos XVII a XVIII, 1927.
- PINA, José Graciano de et al. Visitas pastorais. In: LEITE, Luiz P. Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 205-264.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Pagando caro e correndo atrás do prejuízo. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 269-302.